

DA ESCRAVIDÃO AO PRECONCEITO CONTRA OS POBRES: A DIFICULDADE DO ACESSO À LEITURA E À ESCRITURA

*FROM SLAVERY TO PREJUDICE
AGAINST THE POOR:
THE DIFFICULTY OF ACCESS TO
READING AND WRITING*

Antonio Carlos Ribeiro 1
Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira 2

Resumo: *Leitura ainda é dificuldade, apesar dos esforços acadêmicos. Insegurança assusta discentes recém-chegados ao Ensino Médio. Escravidão que durou três séculos e meio, marcou a alfabetização iniciada com filhos dos oligarcas, vista como privilégio durante a colônia. Imigrantes chegam no Império. Com o fim da escravidão (Lei Áurea-1888), escravos são abandonados, ódio é transferido a negros, índios e pobres. 1ª República é marcada por lutas sociais, trabalho e cidadania, mas falta acesso à leitura, educação e trabalho, condições para chegarmos ao século XXI.*
Palavras-chave: *escravidão; Lei Áurea; leitura; ódio; negação da cidadania.*

Abstract: *Reading is still difficult, despite academic efforts. Insecurity scares students newcomers to high school. Slavery that lasted three and a half centuries, marked the literacy started with sons of the oligarchs, seen as a privilege during the colony. Immigrants arrive in the Empire. With the end of slavery (Golden Law-1888), slaves are abandoned, hatred is transferred to blacks, Indians and the poor. The 1st Republic is marked by social struggles, work and citizenship, but lack access to reading, education and work, conditions to reach the 21st century.*
Keywords: *slavery; Golden Law; reading; hatred; denial of citizenship.*

Pós-doutorando em Letras (Universidade Federal do Tocantins), 1
Pós-Doutor em Letras (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro),
Doutor em Teologia (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro),
Mestre em Teologia (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro),
Graduado em Comunicação Social – Jornalismo (Universidade Gama Filho) e
Graduado em Teologia (Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil). E-mail:
antonioCarlosrib@gmail.com

Pós-Doutor em Letras (Universidade da Beira Interior), Pós-Doutor 2
em Letras Clássicas (Universidade Federal da Paraíba), Doutor em Letras
(Universidade de São Paulo), Mestre em Letras (Universidade de São Paulo),
Graduado em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Católica de Santos),
Graduado em Letras (Universidade de São Paulo), Licenciado em Português
(Universidade de São Paulo). E-mail: luizpeel@uft.edu.br

Introdução

A acessibilidade de estudantes do Ensino Fundamental à leitura e à produção de texto segue sendo uma dificuldade, apesar dos esforços acadêmicos que têm sido feitos para entender essa situação. As propostas trazem argumentos pedagógicos, motivacionais e publicitários – com esforços como a atuação dos ‘agentes de leitura’ – indicam situações como condições socioeconômicas, familiares e distúrbios comportamentais, e até mesmo já utilizam inovações como recursos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), em casa e na sala de aula, entre outros espaços.

No esforço de entender essa realidade e percebendo a relutância dos discentes – com alguns percentuais de moderados a baixos – além do esforço de docentes e das coordenações, especialmente na região norte do país, surgem perguntas sobre as dificuldades de superação desse impasse, apesar das demandas de centros de pesquisa como a Cátedra UNESCO de Leitura e o Instituto Interdisciplinar de Leitura – iiLer, de dissertações e teses, em busca de soluções para responder à demanda.

Apesar de todos esses esforços, lamentavelmente o Brasil é um país que “ainda conta com um número expressivo de adultos que não concluiu o ensino fundamental, indicando que a fluidez na leitura talvez não seja ainda uma habilidade universal entre os pais e mães de nossas crianças”. (LÁZARO: 2009, p. 11) Essa situação impõe uma investigação que explique as razões da falta de avanços na área da educação – mormente na área da leitura – desde a época do fim da escravidão (1888), entendendo como o pano de fundo da visão escravocrata incidiu na determinação de não estender a cidadania aos ex-escravos, até especificamente a situação atual do país, neste quadro de esforço contrarrevolucionário mantido por forças conservadoras.

Para entender essa conjuntura política que marca a história brasileira, especialmente nos últimos 210 anos (1808-2018), é preciso revisitar o fim do período colonial após a chegada da família real, a independência, o fim da escravidão e a passagem à República, sem que as elites tivessem revisto, reavaliado ou se preocupado, ainda que minimamente, com uma reacomodação que integrasse os descendentes de escravos, ao invés de invisibilizar sua cidadania com o propósito único de assegurar seus interesses, legitimados pelos poderes político e religioso, que se comportaram de modo semelhante.

Assim, os objetivos são: entender como agiram a família real, a nobreza e as elites resultantes da colônia, no primeiro e segundo reinados, e na República, com as mesmas elites exigindo tudo, sem oferecer nada; compreender como a total irresponsabilidade de quem os explorou e abandonou, sem qualquer proposta que os reintegrasse à economia e à cidadania, levando-os ao sofrimento agudo, espreado em toda a população empobrecida; e por último, o completo desprezo e invisibilização impostos a estes que formam a ‘subcidadania brasileira’, sempre vitimados pelos óbices à moradia, à formação profissional, à educação - especificamente à leitura - e à cidadania, a partir do conceito reformulado de desenvolvimento, para influenciar a atuação estatal nos contextos rurais e a adoção de ações compensatórias para categorias excluídas.

Família real e nobreza convivem com a escravidão por 80 anos

A chegada da família real portuguesa – 308 anos após as caravelas de Pedro Álvares Cabral chegarem à Bahia, na descoberta do Brasil – encontra sua Colônia comprando e vendendo escravos, explorando, punindo com severidade, sem que tenham qualquer vantagem, nem mesmo o governo colonial de Portugal, quando apenas os mercadores de escravos lucravam com a captura e nova venda. Não manifestou estranhamento, nem criticou e sequer condenou essa prática inexistente em Portugal. Mas conviveu com ela por mais 80 anos, apenas sofrendo os efeitos da luta inglesa contra essa danosa e cruel forma de exploração do trabalho humano.

Essa prática de absoluto descaso em relação a essa população se coaduna com os modos de apropriação, posse e exploração dos bens públicos, praticados pelos comerciantes, proprietários, membros das oligarquias rurais e senhores de escravos, bem sucedidos, que viriam a compor as elites, que parasitam nosso desenvolvimento, sem qualquer disposição na socialização das riquezas.

O impacto econômico-social da presença dos nobres da corte portuguesa e das elites locais sobre essas populações parece uma agonia infinda, que já se agravava desde a chegada da Família Real em 1808, quando trouxeram “talvez 15 mil pessoas em uma vintena de barcos”. (CARDOSO: 1996, p. 118) Com a Corte instalada por 13 anos, na prática o Brasil deixou de ser uma colônia,

acrescendo-se o fato histórico da chegada da mão de obra estrangeira, iniciada no primeiro quartel do século XIX.

Nesse contexto é que a visão toma em conta o fato de que “o Brasil às vésperas de separar-se de Portugal, continuava sendo, apesar de tudo, uma sociedade estruturalmente colonial. Em 1818, de seus 3.817.900 habitantes, 1.887.900 eram livres (sendo 1.043.000 brancos, 585.500 negros e mestiços, 259.400 índios e 1.930.000 escravos)”. (CARDOSO: 1996, p. 119-20) Havia ainda o temor de risco de reações, pelo do fato da população negra ser quase o dobro da branca. Já em relação às oligarquias (governo de poucos proprietários rurais), a visão elitista e escravocrata as impediu de qualquer gesto, até o fim do século.

Havia a legislação já aprovada no Império, mas tinha pouco impacto sobre as populações escravizadas: a Lei Bill Aberdeen (1845), da Inglaterra, proibindo o tráfico de escravos e determinando que os ingleses tinham o poder de deter navios negreiros caso fossem localizados; as Leis brasileiras, como a de Eusébio de Queiroz (1850), que acabava com o tráfico de escravos, mas não libertava os que já estavam aqui; e a Lei do Ventre Livre (1871), que garantia que os filhos nascidos de escravas teriam a sua liberdade.

Para analisar essa situação, a pesquisa toma em conta dados de meados do século XVIII, quando surge uma densa e consistente rede urbana no interior do continente – no fluxo entre as zonas de mineração e a costa – já povoada e controlada. (CARDOSO: 1996, p. 102) Isso se agrava com o fim da escravidão (1888) – uma transformação fundamental -, e do império (1889), através do golpe militar que resultou na República – exigido pelas elites coloniais – cuja primeira Constituição surgiu em 1891, gerando todo o impacto político, social e econômico sobre os ex-escravos, expulsos das propriedades em que trabalhavam e entregues à própria sorte.

Essas mesmas elites sempre agarradas à visão colonial – compostas de grandes proprietários rurais analfabetos, ao lado de escravos domésticos cultos – que continuaram se fortalecendo na passagem da colônia ao império, que demoraram a entender o novo eixo de desenvolvimento que tinha como base o trabalho livre, a cultura cafeeira paulista, a imigração de contingentes estrangeiros, iniciada em 1824 para os estados do Sul, e que continuou crescendo aos milhares até 1880. As elites oligárquicas paulistas desprezaram os ex-escravos – mesmo explorando sua força de tração muscular – no mesmo contexto em que surgiu uma intelectualidade propondo a seu modo *A Integração do negro na sociedade de classes*, (FERNANDES: 1964) sem a preocupação fundamental de lhes garantir condições básicas de trabalho e nem assegurar de modo completo e efetivo a “hierarquia moral” entre as classes, como descrita em *A construção da subcidadania* (SOUZA: 2009), impondo esse caos de organização como ‘política de Estado’ na República.

Dessa atitude insistente de dominar, explorar e depois descartar-se dos ex-escravos – em decorrência da abolição da escravatura, e da necessidade de abandonar, estigmatizar e humilhar essas populações, na passagem do fim do século XIX para o século XX – surge essa classe de intelectuais que “singulariza e explica a situação social, política e econômica do Brasil como nenhuma outra questão. Tudo aquilo que o culturalismo racista busca esclarecer como decorrência de uma herança maldita luso-brasileira para a corrupção”, (SOUZA: 2017, p. 74) tratando de assegurar sua completa invisibilização, como se não fosse parte desse processo, e portanto, não se tornando responsável da sociedade brasileira. Esta atitude de perseguição, foi a que assegurou às elites a imposição do impedimento do seu acesso às condições adequadas de vida, sem espaço para a educação, a imaginação, a autoestima e a sobrevivência digna, efetivadas pela negação do acesso à leitura.

A situação que é descritiva da exploração escravista, da negação às condições mais básicas da humanidade e de qualquer acesso dessa população à alfabetização, exceto nos casos de escravos domésticos e das famílias mais ricas, é aquela da qual surge esse pacto macabro, e jamais superado, que as elites legaram à sociedade: o de classes que desejam dominar, seguidas dos negros libertos, mas ‘invisibilizados’, e os imigrantes europeus, que chegam desde 1824 até o fim do século XIX, a maior parte colonos que se dirigem aos estados do sudeste e sul do país, e os que exercem profissões autônomas, que vivem em cidades grandes e são chamados pelos historiadores de ‘homens livres e pobres’.

A afirmação dos negros ex-escravos se torna crucial nos 50 anos seguintes (1880-1930) que vão caracterizar a importância e os efeitos do processo de mudança, lidos sem a perspectiva

ressentida das oligarquias rurais e transformada em Política de Estado. A tese clássica de Florestan Fernandes, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes* (FERNANDES: 1964) “não consegue reconstruir de modo claro e totalizador a ‘hierarquia moral’ entre as classes, que só era percebida pela origem e a cor da pele” (SOUZA: 2009), enquanto Souza chama de “ralé brasileira”, que surge do abandono dos escravos e constitui uma classe cuja existência “singulariza e explica a situação social, política e econômica do Brasil como nenhuma outra questão” [...] “tudo aquilo que o culturalismo racista busca esclarecer como decorrência de uma herança maldita luso-brasileira para a corrupção, decorre, na verdade, do abandono dessa classe”. (SOUZA: 2017, p. 74)

O fato é tão grave e tão presente no cotidiano destas populações, que surgiu diversas vezes nas obras do antropólogo Darcy Ribeiro, e que tem destaque no depoimento em que afirma:

Uma sociedade em que a classe dominante é de filhos ou descendentes de senhor de escravos, leva na alma o pendor, o calejamento do senhor de escravo. Quem é o senhor de escravo? É aquele que compra um homem e o negócio dele é tirar com chicote desse homem a renda que ele pode dar nos sete que ele vivia [...] está condicionado a usar o escravo como carvão que se queima para se ter mais lucro. [...] A elite brasileira tem uma postura perversa e pervertida [...] classe dominante medonha, ranzinza, azeda, medíocre, cobiçosa, que não deixa o país ir para frente. (Programa Roda Viva - TV Cultura: 20.06.1988. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5X50-IAyO38>. Acesso em: 19.08.2018).

A escravidão era um mote de desprezo, descaso e desrespeito ao escravo, por isso instrumentos que variavam da completa invisibilização até o martírio, a manipulação da Igreja Católica ao convencer escravos a construir a igreja e, na data da dedicação do templo, os impedirem de participar da celebração, como a que aconteceu nas “Ruínas da Igreja São José do Queimado, inaugurada em 1849, foi o estopim da Insurreição de Queimado, principal revolta de escravos no Espírito Santo”. (Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/12/serra-461-anos-veja-os-monumentos-que-contam-essa-historia-1014110412.html>. Acesso em: 22.08.2018).

Esse conjunto de hostilidades praticadas contra a população de ex-escravos implicava no poder que as elites tinham de escolha, até mesmo na reutilização dos negros libertos, a última após a mão de obra estrangeira e os trabalhadores brasileiros não-escravos, levando os proprietários rurais a serem mais conscientes dos fatores da produção e produtividade em nossa ‘revolução industrial tardia’, na qual restando sempre os piores empregos para os negros recém-libertos, os chamados ‘mulatos’ e mestiços, para quem a nova ordem foi especialmente cruel, criando uma nova ordem de degradação de sua condição de trabalhadores assalariados.

Nessas condições, as populações negras sofreram com a falta de oportunidade, com a inacessibilidade à leitura, sem poder disputar vagas de emprego na nova ordem política e social do trabalho, passando a integrar “a escória proletária, o ócio dissimulado ou a criminalidade fortuita ou permanente como forma de preservar a dignidade de ‘homem livre’”. (SOUZA: 2017, p. 77) Os piores efeitos estariam por vir, ao tornar-se vítima da violência social, sobretudo pela memória de ter sido transformado em ‘tração muscular’ nos serviços sujos e pesados evitados pelos brancos, sendo reduzidos à condição de ‘trabalhador desqualificado’, e com uma sociedade que espera que tenha orgulho do seu trabalho. A essa situação somava-se o pavor dos escravistas de que os negros se tornassem contestadores da ordem – entendida no sentido da época, que aponta para decoro, respeito à propriedade e segurança – já que a população negra era maior.

Desta necessidade de trabalho para o contingente de homens negros e como resposta à necessidade de policiamento diante da postura política das elites frente à ordem, é que surgiu esta corporação. Atualmente, as polícias em geral, e as Polícias Militares em especial, figuram entre as corporações brasileiras que mais matam cidadãos no mundo, e das que mais perdem soldados, a maior parte dos quais pobres e negros. A segurança pública na Colônia era executada por uma guarda conhecida como “quadrilheiros”, grupo formado pelo reino português para patrulhar as cidades e vilas, do qual veio um contingente ao Brasil colonial. Sua responsabilidade era policiar

as 75 ruas e alamedas do centro da cidade-sede da Colônia, que tinha uma população de cerca de 60.000 pessoas, da qual os escravos eram mais da metade. Com o crescimento, pela chegada da Corte, os “quadrilheiros” não foram suficientes para fazer a proteção.

A Corte foi instalada na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, iniciando a reorganização do Estado a partir do dia 11 de março de 1808. A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), a mais antiga tropa brasileira de policiamento urbano no Brasil, surgiu em 13 de maio de 1809 como Divisão Militar da Guarda Real da Polícia da Corte (DMGRP) - 14 meses após a chegada da Corte Real - composta por 218 guardas e com Estado-Maior em três companhias de Infantaria e uma de Cavalaria. O major de milícias Miguel Nunes Vidigal, seu terceiro comandante, é um brasileiro nato, citado no livro “Memórias de um Sargento de Milícias”, de Manoel Antonio de Almeida, publicado em 1853.

Surgem outras situações de heroísmo em circunstâncias de risco e oportunidade, fazendo eclodir protesto quando a Corte Portuguesa força D. João VI a retornar a Portugal, em abril de 1821. Seu filho, o príncipe D. Pedro I, permanece como regente na Colônia. Insatisfeitas, as Cortes de Lisboa, exigem o imediato retorno de D. Pedro I. Diante da imposição, as elites brasileiras promoveram um abaixo assinado, em 9 de janeiro de 1822, com a população sendo conclamada a se dirigir a uma residência no centro da cidade e assinar um manifesto pela permanência de D. Pedro I. Diante da reação, o brigadeiro Jorge Avilez, comandante da Divisão Auxiliadora – a força de ocupação portuguesa – manda que seus integrantes impeçam a realização do ato. Em represália, Miguel Nunes Vidigal, comandante das tropas da Guarda Real da Polícia, determina que estas garantam o abaixo assinado e depois escoltem o manifesto até o Paço, para ser entregue ao Príncipe D. Pedro I.

Ao receber o manifesto, D. Pedro I comoveu-se e anunciou a sua permanência no Brasil, fato que ficou registrado na história como o Dia do Fico. A reação foi imediata. No dia seguinte, se desencadeia a rebelião da Divisão Auxiliadora, ocupando o Morro do Castelo e ameaçando bombardear a cidade, caso D. Pedro I não embarque imediatamente para Portugal. A reação das tropas brasileiras foi intempestiva. O brigadeiro Xavier Curado, chamou tropas fiéis ao príncipe e alinhadas com o desejo de independência, incluindo a Guarda Real da Polícia da Corte (GRP), apoiadas por populares armados, que cercaram a Divisão Auxiliadora. Com pouco homens, sem munições e pouca água, Avilez se rende, sendo expulso com sua tropa do país. Em 7 de setembro de 1822, D. Pedro I proclama a Independência do Brasil.

Escravos negros iletrados do Império adentram a República com serviços braçais

A população de negros constitui uma situação a ser administrada, do início do comércio escravo até o penúltimo ano do regime imperial (1888), já no segundo reinado, somando mais de 300 anos de exploração do trabalho humano apesar da pressão dos ingleses, que atuaram para minar essa degradante instituição de exploração do trabalho humano durante 80 anos.

A ‘ralé brasileira’, composta pelos negros recém-libertos e por mulatos e mestiços de toda ordem para quem a nova condição era apenas uma nova forma de degradação. [...] O negro torna-se vítima da violência mais covarde. Tendo sido animalizado como “tração muscular” em serviços pesados e estigmatizado como trabalhador manual desqualificado – que mesmo os brancos pobres evitavam -, é exigido dele agora que se torne trabalhador orgulhoso do seu trabalho. (SOUZA: 2017, p. 77)

É desse contexto e ambiente, em que se acentuam estigmas e preconceitos, consolidados com ódio e alimentados nos últimos 130 anos, do qual surge o desprezo pelos negros, amalgamados no ressentimento das elites que comandaram esse processo, os mesmos que deram sustentação à estratégia de abandonarem seres humanos humilhados, sem autoestima e autoconfiança, e os deixarem expostos à própria sorte. Depois, como se não tivessem nada a ver com esse desprezo e perseguição de classe, buscaram imigrantes com um passado e um ponto de partida muito diferentes (brancos, europeus e colonos), para contraporem o mérito de um e de outro, e lucrarem

com o conflito entre eles, aprofundando ainda mais a injustiça.

Os 'capitães do mato', escolhidos entre os próprios escravos e que se sentiam dando um passo para a integração nas proto-elites brasileiras, ou apenas sob o mando de proprietários igualmente iletrados, de mentalidade oligárquica, envelhecidos, ressentidos, violentos e donos dos corpos dos escravos, além da terra – na visão mais selvagem e grosseira do trato diário, querendo ser reconhecidas como nobres e cultas, mesmo sem ter consciência ou clareza política que surgiram pressionando o melhor príncipe regente do período imperial, e vendo no golpe de estado político-militar, ocorrido em 15 de novembro de 1889, o melhor modo de ter vantagens asseguradas, e que substituiu o Império.

Neste momento histórico começa a surgir uma situação que vai estigmatizar, de dois modos distintos, a presença negra no quadro social, comunitário e político. No primeiro, vai marcar a atuação da polícia nas ruas do centro da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, sendo o negro reprimido por ser visto como indigente ou à espera da chance de integrar o mercado de trabalho. E no segundo, pelo protagonismo em situações como a sua atuação no mundo das artes (teatro, música, poesia), de outras atividades (jornalistas, poetas e escritores) até a presença protagônica - quando o ator principal no processo de seu desenvolvimento - em forças policiais (Guarda Real da Polícia da Corte). Embora essa situação ainda gere conflitos.

O fim da escravidão, 80 anos depois da chegada da família real, marcou de duas formas esse processo: pelo fim da humilhação - já que não havia escravidão em Portugal - mas ainda mantendo um *continuum spatio-temporale* de permanência do desprezo, e exigindo dos escravizados a cumplicidade com a dominação, recurso pelo qual foram empurrados ao limbo da 'ralé' dos excluídos, transformando-se para sempre na herança ignóbil dos destinados à fome, à falta de dignidade, ao desrespeito, tornados vítimas de ódio e desprezo, e incapazes de se defender. A estigmatização, humilhação e perseguição dos descendentes desse grupo humano segue sendo uma marca até nossos dias.

Neste ponto chegamos a detectar o eixo do processo de elaboração do ódio das elites contra os escravos, que se estende desde os três séculos e meio de sua prática, até os 130 anos que se seguiram desde o fim da Escravatura, sem ter rompido os grilhões ideológicos que ainda fazem os proprietários rurais da atualidade se sentirem legitimados ao aplicarem essa prática até hoje, amparados pela segurança da impunidade, associada da distância de localidades dos centros de poder político, econômico e judicial.

Esse ímpeto exploratório se estende na modernidade contra os pobres, os assalariados, os desempregados e todos os que têm perdido direitos trabalhistas e retornado às baixas condições sociais de outrora. O ressentimento das elites brancas surge da impossibilidade de culpar os escravos negros e todos os que, no seu entendimento espalham esse perfil de mal-estar em toda a sociedade, especialmente numa sociedade cidadã e de direitos. Para manter essas condições sociais humilhantes, dissimulam essa rejeição odiosa, desprezível, injustificada e imposta por quem mais os faz sofrer, pelo simples fato de precisar desse recurso para a sobrevivência.

Outro fator do processo de transição da escravidão para a condição de ex-escravos livres é que a simples existência de proprietários rurais analfabetos nunca foi razão de hostilização e rejeição dos escravos, mas a condição de proprietários rurais analfabetos quando em contato com escravos domésticos cultos, com formação e até mesmo como professores de filhos dos proprietários rurais se torna ofensivo para quem se entende acima dessa condição. E o temor de uma rebelião, por ser o contingente de negros maior que o da população branca, após séculos de escravidão.

Libertos, invisibilizados e desiguais: os ex-escravos e as estratégias de afirmação

O surgimento da República parece não ter alterado significativamente esse conflito, considerando as condições inadequadas e desumanas dos descendentes de escravos, e os avanços culturais do século XX mostraram certa exuberância da presença de escritores, músicos, artistas e jornalistas negros que já se destacavam desde as últimas décadas do século XIX, especialmente na cultura eferescente da primeira República, se manifestando e lutando por direitos com as elites para que a abolição formal da escravidão estabeleçam e regulamentem os direitos e os limites políticos que assegurem a presença das populações negras já livres.

O fator que mais estarrece os historiadores brasileiros - e através deles, a todos os estudiosos desse momento histórico a respeito dos avanços que o povo brasileiro, incluídos os escravos, nunca alcançaram diretamente - é a total apatia dos senhores de escravos na primeira regência, não apenas em relação aos escravos e suas famílias, a partir do ódio intensificado após o fim da escravidão, contra escravos de grandes proprietários já letrados, enquanto ainda havia oligarcas iletrados, mas sobretudo a falta de perspectivas em relação a seu próprio país, que após pouco mais de três séculos de colonização e 67 anos de Império em dois períodos regenciais - em que os escravos receberam apenas a lei do ventre livre, sem qualquer ajuda, e adentraram a República com um golpe militar no ano seguinte ao fim da escravatura. Sem ter conseguido engendrar qualquer prospecção de futuro, já que mesquinhos, medíocres e egoístas. Na segunda regência, também não tiveram chances de sequer aproveitar as benesses conquistadas pelo imperador Pedro II, com a criação da Marinha, da Universidade do Brasil, a atração de intelectuais, artistas e artesãos, além da aquisição de grande parte do patrimônio, recentemente destruído no Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista.

Essa visão, da qual ainda são herdeiras as elites brasileiras - sem perspectivas amplas, nem visão do conjunto do país, indisposta a esforços de conquistas e avanços significativos, mas voltada só a si mesmas, inseguras de suas posses, despreocupadas em criar estruturas educacionais e determinadas a enviar seus filhos à Europa - sem nunca ter se preocupado com sua contribuição ao crescimento da nação - constitui a herança política de suas expectativas egocêntricas, que só deixou perdas, ressentimentos, restos e abandonos, sempre enriquecidas sem envolvimento no grande esforço de construção do país, da qual o Barão de Mauá é um exemplo de visão, investimento e gerência.

Sem que nada tivesse sido feito objetivamente em relação aos escravos, apenas o direito dos ingleses abordarem navios negreiros e libertarem negros, o fim do tráfico de escravos e as mulheres escravas terem filhos já libertos. Essas pessoas não foram ajudadas em nada durante o processo de saída da condição de escravos, nem sequer o com instrumental da leitura e da escrita.

O dado essencial de todo esse processo foi o abandono dos escravos libertos à sua própria sorte (ou melhor, ao próprio azar). Como todo processo de escravização pressupõe a animalização e humilhação do escravo e a destruição progressiva de sua humanidade, como o direito ao reconhecimento e à autoestima, a possibilidade de ter família, interesses próprios e planejar a própria vida, libertá-lo sem ajuda equivale a uma condenação eterna. E foi exatamente isso que aconteceu entre nós (SOUZA: 2018, p. 74-75).

Esses dados ajudam a compor um pano de fundo do mal-estar das populações que se espalharam pelo país, muitas delas fugidas da perseguição e em busca de um lugar para viver, que os distanciaram das regiões ocupadas e desenvolvidas. Nestes novos lugares, desenvolveram sua vida, costumes, hábitos e culturas.

“O processo de modernização periférica e a constituição de uma ralé estrutural”, pauta sua análise no livro de Florestan Fernandes (1978) *Integração do negro na sociedade de classes*, que demonstra como os libertos foram abandonados à própria sorte pelos antigos donos e pela sociedade como um todo. Florestan percebeu dois fatos: a) o negro estava inadaptado ao trabalho livre e b) não tinha condições de agir dentro de um modelo de comportamento e de sociedade competitiva (SOUZA: 2003a, p. 156).

Com o desenvolvimento da educação e da chegada de escolas de nível fundamental, médio e superior, o governo vê-se diante de programas de ensino para jovens e adultos, com o objetivo de resgatar esse débito social e cultural que o Estado Brasileiro tem com eles. Esse fato ajuda a entender a grande dificuldade que têm os estudantes brasileiros, especialmente nas regiões centro, norte e oeste do país, nas quais o nível de educação tem indicadores mais baixos. Os efeitos dessa situação

estão presentes no cotidiano da educação, especialmente nas universidades destas regiões, nas quais a luta pela leitura passa a ser um desafio cotidiano.

As universidades que têm Colégios de Aplicação ou outras formas de intervenção cooperativas das Escolas do Ensino Médio, de modo que os alunos com formação fundamental ou média em leitura e gramática, capacidade de escrita elaborada - e não somente a cópia e a paráfrase - sejam motivados a ter mais acesso que propicie não apenas a leitura de revistas, jornais, sínteses, resenhas críticas, mas também leituras avançadas de artigos e ensaios acadêmicos, que os ajudem a tomar gosto pela leitura, encantando-se com a narrativa - superando as notícias curtas, comentários e os *Faits divers* (jargão jornalístico e, por extensão, conceito teórico que designa os assuntos não categorizáveis nas editorias tradicionais dos veículos) sem estabelecer conexões com a teia narrativa, e nem produzir sentido que encontra eco na realidade.

Já a mídia velha, desgastada em seu próprio ritmo, se mostra cansada de factoides (declarações falsas, não checadas ou fabricadas, apresentadas como fato, mas sem provas, ou ainda como afirmação improvável, que de tanto serem repetidas, acabam sendo aceitas como verdade) por não se confirmar como fato que integra os discursos, se enreda nas teias narrativas, produzindo o sentido desejado, e que se confirma. Já veículos da blogosfera produzem informações novas e confirmam os fatos que integram os discursos, dificultando o nexos narrativo da grande mídia. Sem o avanço da leitura não há como compreender esse dilema e nem mesmo como ousar leituras mais exigentes, complexas e com expressões específicas de diferentes áreas de saberes.

Para grande parte dos estudantes oriundos de escolas públicas nas regiões mencionadas acima, esse dilema se agudiza durante o ensino superior. Seja por não entender, aceitar ou fazer o esforço para se superar; seja por não valorizar a disciplina 'Leitura e Produção de Texto' como bilhete premiado para o aluno movimentar-se no mundo do saber; seja por sucumbir à tentação de depender dos veículos de áudio e vídeo; seja por não entender que a absorção de conteúdos científicos e acadêmicos exigem da leitura sua recitação e sua escritura, que assegurem a absorção do conhecimento e nexos narrativo.

No caso das universidades federais brasileiras, a integração de alunos oriundos das escolas públicas e privadas de Ensino Médio, além de discentes indígenas e quilombolas - mormente no Tocantins, que têm o maior número de etnias e reservas – o Governo Federal abriu a possibilidade de acesso a esse público, já que antes as limitações eram maiores e as dificuldades envolviam a distância e o acesso às universidades, além da moradia e manutenção em centros urbanos, alimentação e aquisição de materiais de estudo. Essa resposta do Governo, tem o sentido do pagamento de débitos sociais, por terem esses direitos sido negados por séculos aos brasileiros indígenas e quilombolas, e por se considerar o pagamento do débito social do Estado brasileiro com essas populações.

Essa resposta social e acadêmica é a que proporcionou a superação de necessidades básicas, especialmente a leitura, o enfrentamento da mortalidade infantil e o acesso assegurado às escolas desde os primeiros anos e, no plano da formação, os avanços necessários, a começar pelo enfrentamento da situação de acesso à leitura.

De acordo com Jessé Souza, em sociedades periféricas como a brasileira,

o *habitus* precário, que implica a existência de redes invisíveis e objetivas que desqualificam os indivíduos e grupos sociais precarizados como subprodutores e subcidadãos, e isso sob a forma de uma evidência social insofismável, tanto para os privilegiados como para as próprias vítimas da precariedade, é um fenômeno de massa e justifica minha tese de que diferencia substancialmente esses dois tipos de sociedades é a produção social de uma 'ralé' estrutural nas sociedades periféricas. Essa circunstância não elimina que, nos dois tipos de sociedade exista a luta pela distinção baseada no que se chama de '*habitus secundário*', que tem a ver com a apropriação seletiva de bens e recursos escassos e constitui contextos cristalizados e tendencialmente permanentes de desigualdade. Mas a consolidação efetiva, em grau significativo, das precondições sociais que permitem a generalização de um '*habitus primário*'

nas sociedades centrais torna a subcidadania, enquanto fenômeno de massa, restrito apenas as sociedades periféricas, marcando sua especificidade como sociedade moderna e chamando a atenção para o conflito de classe específico da periferia” (SOUZA: 2003a, p. 177).

Quando se é defrontado com as situações de liberdade, invisibilidade e desigualdade, vivemos no Brasil um processo em que se tenta a naturalização das desigualdades, que

não chega à consciência de suas vítimas, precisamente porque construída segundo as formas impessoais, e peculiarmente opacas e intransparentes devido à ação, também no âmbito do capitalismo periférico, de uma ideologia espontânea do capitalismo’ que traveste de universal e neutro o que é contingente e particular (SOUZA: 2003a, p. 179).

Acesso à leitura como diferencial para a imaginação, autoestima e sobrevivência

Os dados do universo da leitura da realidade brasileira dão uma noção do impacto da escravidão sobre populações diversas de imensas áreas do território, especialmente nas regiões centro-oeste e norte, pela inacessibilidade precária. Isso gera dificuldades e dificulta facilidades para pessoas que buscam formação para contribuir com a formação em sua região.

A atuação da Justiça do Trabalho e da Polícia Federal ao libertar pessoas escravizadas por madeireiros nas regiões centro e norte do país é um avanço da cidadania e, ao mesmo tempo, um sinal claro de que a visão escravocrata está visceralmente entranhada na mentalidade das elites oligárquicas rurais brasileiras. A dificuldade de avançar nesse esforço de mudança da mentalidade se deve ao fato de senadores, deputados federais, governadores, prefeitos, militares da reserva e outros ‘poderosos locais’ resistirem ao vício da sabotagem das políticas públicas federais, em favor de seus lucros.

Por maiores que sejam os esforços de políticas de acompanhamento, envio de recursos, motivação às lideranças locais e mesmo a presença de agentes de programas governamentais nos locais, para superação dos índices de analfabetismo, poucas vezes recebem acolhimento, especialmente em cidades do interior. Seguem alguns dados.

Essas dificuldades, entre outras de natureza política, geram impactos para o Brasil, como o fato de ser o país com maior número de adultos que não concluíram os estudos entre membros e parceiros da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). 52% dos brasileiros entre 25 e 64 anos não têm o ensino médio completo, afirma o relatório.

O país registra elevadas desigualdades regionais e de gênero entre o número de jovens adultos que concluem o ensino médio. No Distrito Federal a taxa desses alunos chega a 33% e no Maranhão ela é menos de 8%. Do mesmo modo, 41% dos homens entre 25 e 34 anos não tiveram acesso ao ensino médio, ao mesmo tempo que essa percentagem é de 32% entre as mulheres da mesma idade.

No ensino superior dos países analisados, a OCDE destaca que 50% das mulheres entre 25 e 34 anos tiveram acesso a estudos universitários em 2017. Há dez anos eram apenas 38% nos países analisados. E os homens passaram de 30% para 38%.

Esses resultados não refletem o investimento avaliado pela OCDE do Brasil em educação. Segundo o relatório, o Brasil investe uma proporção relativamente alta do Produto Interno Bruto (PIB) no setor. Em 2015, foram aplicados 0,7% do PIB em educação infantil, comparado a 0,4% em 2010. A média da OCDE é de 0,8%.

O Brasil investiu 5,5% do PIB em todos os níveis educacionais, no mesmo período, superando a média da OCDE (4,5%). Mas o gasto de 3.800 dólares por aluno, por ano, foi um dos mais baixos entre os países-membros da organização.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), citado pela Agência Brasil, o investimento público em educação no Brasil era equivalente a 6% do PIB em 2014. A aplicação de recursos neste setor, caiu.

A expectativa do Plano Nacional de Educação é investir 10% do PIB anualmente na educação

pública a partir de 2024. De acordo com o Inep, será preciso aumentar o investimento em cerca de R\$ 120 bilhões, para atingir a meta do plano para 2019. (Um olhar sobre a educação. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/metade-dos-brasileiros-adultos-nao-concluiu-o-ensino-medio>. Acesso em: 12.09.2018)

Conclusão

Partiu-se de uma realidade em que a acessibilidade de estudantes do Ensino Fundamental em escolas públicas à leitura e à produção de texto era e ainda é uma dificuldade.

O programa 'Agentes de Leitura', interrompido pelo golpe de 2016, mostra situações como condições socioeconômicas, familiares e distúrbios comportamentais, e até mesmo já utilizam inovações como recursos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), em casa e na sala de aula. Ainda só uma expectativa a ser retomada com o novo governo!

Para entender o drama da escravidão no fim do período colonial após a chegada da família real, a desapropriação de casas, a independência, o fim da escravidão e a passagem à República, revisitados para nos fazerem redescobrir que as elites não revistaram, nem reavaliaram ou sequer se preocuparam com os dilemas e grande sofrimento da 'escravidão', mesmo minimamente. Não chegaram sequer a reacomodar os descendentes de escravos, incluídos os filhos já nascidos. E, além da humanidade, negaram-lhe também a cidadania, invisibilizando-os, para que não tivessem acolhida e que pudessem se distinguir deles.

E com a total irresponsabilidade de quem explorou e abandonou essas populações, sem qualquer possibilidade de acesso à economia e à formação, abandonando-as ao sofrimento agudo, que se espalhou, fazendo surgir as gerações de populações empobrecidas.

A chegada da família real portuguesa, três séculos após as caravelas que aportaram na Bahia, encontra a Colônia comprando e vendendo escravos, explorando, punindo com severidade, sem que estes tenham qualquer vantagem, nem mesmo no governo colonial de Portugal, quando apenas os mercadores de escravos lucravam com a captura e nova venda.

Esse conjunto de irregularidades que se conhece hoje foi instituído por comerciantes, proprietários, membros de oligarquias rurais e senhores de escravos bem sucedidos, que viriam a compor as elites, sem qualquer pudor em parasitar o desenvolvimento, e qualquer disposição para a socialização das riquezas, especialmente com os descendentes de escravos.

A atitude de perseguição, seguida da dominação, assegurou às elites a imposição do impedimento do seu acesso às condições adequadas de vida, sem espaço para a educação, a imaginação, a autoestima e a sobrevivência dignas, todas efetivadas pela negação do acesso à leitura.

Ciosas por protegerem seu próprio espaço, suas benesses, privilégios e conquistas, essas elites ficaram limitadas à prospecção de futuro, por simples mesquinhez, mediocridade e egoísmo. Na segunda regência, não conseguiram sequer aproveitar as benesses conquistadas pelo Imperador Pedro II, além da aquisição de grande parte do patrimônio do Museu Nacional, na Quinta da Boa Vista.

E a fugas dessas populações, espalhadas pelo país, distantes dos centros e das regiões ocupadas e desenvolvidas, em busca de um lugar para viver? Vítimas da perseguição atroz e já fragilizadas pela completa falta de condições necessárias à sobrevivência, os escravos fugidos só encontravam descanso, cura para as feridas físicas e emocionais, e alguma paz, ao chegarem aos quilombos.

A completa apatia dos senhores de escravos ou ódio - do período colonial ao imperial - não apenas em relação aos escravos e suas famílias, mas intensificado a partir do fim da escravidão, além de ressentimentos contra escravos de grandes proprietários - já letrados - enquanto ainda havia oligarcas iletrados, se reflete no sentimento.

Esse contexto e ambiente, constituem o lugar e as condições em que se acentuam estigmas e preconceitos, amalgamados com ódio, e por isso ainda alimentados nos últimos 130 anos e na atualidade. Deles vêm o desprezo pelos negros - estendido a todos os pobres - com apoio da religião oficial. Esse é o menosprezo visceral das elites que comandaram esse processo, as mesmas que deram sustentação à estratégia do abandono de seres humanos humilhados, sem autoestima e autoconfiança, empoderando poderes imperiais quando adentravam a República.

A repressão da polícia nas ruas do centro da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, era o primeiro sofrimento que os negros libertos e abandonados experimentavam na pele, por serem vistos como indigentes ou à espera da chance para se integrar ao mercado de trabalho. O segundo é quando chegam ao protagonismo por sua atuação no mundo das artes como teatro, música, poesia, jornalismo e escrita, até a presença protagônica ao serem incorporados a essas forças policiais (Guarda Real da Polícia da Corte), já ao final do século XIX.

As populações de composição diversificadas e não-negras, sem vínculo de nacionalidade nem cidadania, e sem visão minimamente humanitária, frente à falta de quaisquer perspectivas das elites portuguesas em relação a elas, destinadas a uma subalternidade servil, sofrendo a discriminação, pela qual acabaram destinando toda sua frustração e rancor às populações de escravos, mesmo após o dia 13 de maio de 1888, perpetuando o desprezo, incapacitando-os à superação, na busca de recobrem seu próprio reconhecimento, papel e sentido, ao preço da negação do outro, entendido como propriedade, a quem se pode negar tudo – até o direito à leitura, ao sonho, à co-criação de saberes e compreensões, de leitura do mundo e sua expressão pela escritura.

Essas situações demonstram como a escravidão tardia – já que o Brasil foi o último país a abrir dessa odiosa forma de exploração do trabalho humano – ainda reaparece como trabalho escravo, apresentado como ‘formas análogas à escravidão’, contestado pela Justiça do Trabalho, simplesmente reflete a resistência das elites à escravidão que, por extensão, se reproduz na perspectiva arqueológica que essas elites conservadoras insistem em manter, tornando-se um obstáculo para a educação, especificamente da leitura e escritura das novas gerações.

Referências

CARDOSO, C. F. S. **A crise do colonialismo luso na América Portuguesa – 1750-1822**. In: LINHARES, M. Y. (Org). *História Geral do Brasil*. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo: Saraiva, 1964.

LÁZARO, André. Prefácio. SANTOS, Fabiano dos; MARQUES NETO, José Castilho; RÖSING, Tânia M. K. **Mediação de Leitura**; discussões e alternativas para a formação de leitores. São Paulo: Global, 2009.

MARCONDES FILHO, C. **Fascinação e miséria da comunicação na cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MARCONDES FILHO, C. (org.). **Vivências eletrônicas**. São Paulo: NTC, 1996.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

NOBRE, Carlos. **O negro na Polícia Militar: crime, cor e carreira no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010.

SOUZA, Jessé. **A construção da subcidadania**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

_____. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

_____. **Subcidadania brasileira**. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

Um olhar sobre a educação. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/metade-dos-brasileiros-adultos-nao-concluiu-o-ensino-medio>. Acesso em: 12.09.2018